Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

A diferenciação espacial no diálogo entre a Geografia e o Marxismo: a grande corporação como objeto privilegiado

André Anuatti Reis

Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
e-mail: anuattireis@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A diferenciação espacial no diálogo entre a Geografia e o Marxismo: a grande corporação como objeto privilegiado

Resumo

O presente trabalho busca, a partir do enfoque na antiga problemática da diferenciação espacial, resgatar as contradições envolvidas no diálogo entre a Geografia e o marxismo. Para isso, recupera momentos essenciais dessa história, como a institucionalização da disciplina geográfica, o papel essencial desempenhado pela adoção da categoria de região pelos geógrafos, um resgate de certas reflexões por vezes contraditórias na obra de Marx e Engels, bem como os desdobramentos do marxismo diante do advento do imperialismo, para culminar em uma reflexão crítica da interlocução promovida pela Geografia Crítica no final do século XX. Ao final, reconhecendo a importância secular do diálogo entre esses campos e a contribuição que o mesmo oferece para o avanço das pesquisas em Geografia, busca-se ressaltar o papel do estudo da grande corporação transnacional como um objeto de estudo privilegiado.

Palavras-chave: Diferenciação espacial; Geografia; marxismo; corporação transnacional.

Spatial differentiation in the dialogue between Geography and Marxism: the large corporation as a privileged object

Abstract

This work seeks, from the perspective of the long-standing problem of spatial differentiation, to recover the contradictions involved in the dialogue between Geography and Marxism. To this end, it revisits essential moments in this history, such as the institutionalization of the geographical discipline, the crucial role played by geographers in adopting the category of region, a review of certain sometimes contradictory reflections in the work of Marx and Engels, as well as the developments of Marxism in the face of the advent of imperialism, culminating in a critical reflection on the dialogue promoted by Critical Geography at the end of the 20th century. Finally, recognizing the long-standing importance of the dialogue between these fields and the contribution it offers to the advancement of research in Geography, it seeks to highlight the role of the study of large transnational corporations as a privileged object of study.

Keywords: Spatial differentiation; Geography; Marxism; transnational corporation.

Diferenciación espacial en el diálogo entre Geografía y Marxismo: la gran corporación como objeto privilegiado

Resumen

Este trabajo busca, desde la perspectiva del problema de larga data de la diferenciación espacial, recuperar las contradicciones involucradas en el diálogo entre Geografía y Marxismo. Para ello, retoma momentos esenciales de esta historia, como la institucionalización de la disciplina geográfica, el papel crucial de los geógrafos en la adopción de la categoría de región, una revisión de ciertas reflexiones a veces contradictorias en la obra de Marx y Engels, así como los desarrollos del marxismo ante la llegada del imperialismo, culminando en una reflexión crítica sobre el diálogo promovido por la Geografía Crítica a finales del siglo XX. Finalmente, reconociendo la importancia histórica del diálogo entre estos campos y su contribución al avance de la investigación en Geografía, busca destacar el papel del estudio de las grandes corporaciones transnacionales como un objeto de estudio privilegiado.

Palabras-clave: Diferenciación espacial; Geografía; Marxismo; corporación transnacional.

Introdução

Longe de um tema marginal, preocupação secundária ou curiosidade difusa, a reflexão em torno do caráter diferencial do espaço ocupou, desde os primórdios, uma posição central no trabalho de boa parte dos geógrafos desde tempos imemoriais, adquirindo um protagonismo inequívoco por ocasião da sua institucionalização universitária em meados do século XIX. Trata-se de um aspecto que, na era moderna, balizou a aproximação dos intelectuais da ciência geográfica com os demais campos do saber, estabelecendo em especial uma aproximação contraditória com as formulações marxistas. Portanto, se compreendemos a história das ideias como aspecto fundamental do fazer científico, toda e qualquer pesquisa que busque refletir em torno da diversidade das configurações espaciais adotando uma perspectiva crítica deve, ao menos, reconhecer claramente as consequências contraditórias desse encontro.

Assim, o presente artigo busca refletir sobre a importância e a potencialidade do diálogo entre a Geografia e o marxismo a partir do processo de constituição do conceito de diferenciação espacial. Para isso, busca identificar de que maneira esse problema foi abordado em ambas as tradições, reconhecendo suas particularidades e sua irredutibilidade. Para isso, detém-se em alguns momentos-chave, como o processo de institucionalização universitária do final do século XIX, perpassando a conformação da Geografia Clássica, tanto francesa quanto alemã, bem como os desdobramentos do pensamento marxista no contexto do imperialismo no começo do século XX, para além de uma reflexão sobre os elementos presentes na própria obra de Marx, culminando na "linha de chegada" em que ambas se encontram, na forma das geografias Ativa e Crítica[1].

Ao final, na medida em que se considera que a situação atual do pensamento universitário ainda está longe de encerrar o debate aqui apresentado, busca-se contribuir com o apontamento da importância epistemológica do estudo da grande corporação transnacional, como um campo de debate fecundo e que já figurou como espaço de convergência entre

[1] Claro que se trata da opção por um recorte que privilegia a dimensão propriamente acadêmica do imbróglio que possui uma dimensão eminentemente popular do conhecimento, produzido nas lutas de trabalhadores e grupos subalternizados que, evidentemente, pensam, agem e transformam seu espaço, em linha com o que demonstra Moraes (2000). Na infeliz impossibilidade de falar sobre tudo ao mesmo tempo, eis aí a oportunidade de incontáveis futuras incursões.

Geografia e marxismo. Assim, emerge como um objeto privilegiado para o desenvolvimento da pesquisa crítica em Geografia que auxilie na defesa de uma herança intelectual cuja fertilidade parece ser infinita.

Breve retomada da diferenciação espacial no pensamento geográfico

Um ponto de partida que nos parece adequado encontra-se na caracterização do tratamento concedido, no decorrer da história do pensamento geográfico, à "região", uma vez que de diferentes maneiras e em múltiplos contextos, foi empregada por geógrafos e geógrafas como a categoria fundamental para se compreender a diferenciação espacial. Um estudo de enorme importância sobre o tema foi aquele realizado por Sandra Lencioni, em seu livro *Região e Geografia* de 1999. De maneira instigante e magistral, a autora reafirma alguns entendimentos bastante consensuais pelos pensadores que se debruçaram sobre os fundamentos da pesquisa regional, apresentando os desafios que envolvem o uso dessa categoria, que compreende como noção. Para isso, expõe de maneira sucinta um conjunto de contradições - por vezes, dualismos - que a acompanham, como a oposição entre as dimensões real e imaginária, ideológica e científica e suas acepções de diferença e semelhança. Todas elas resultam em um quadro no qual o emprego da região, amplamente realizado pelos geógrafos e outros estudiosos do espaço, sempre se fez marcado por gritantes ambiguidades, tendo "dificuldades em se estabelecer como um conceito" (p. 16). Trata-se de um entendimento compartilhado pelo importante geógrafo Rogério Haesbaert em seu livro *Regional e Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea* (2010), em que demonstra a existência de uma polissemia persistente associada ao conceito desde sua origem institucional, na França do século XIX[2].

Revela-se assim a importância do contexto de institucionalização universitária, na medida em que pressupunha o esforço de determinação do objeto da Geografia para determinar os limites disciplinares. Nesse processo, assumiu protagonismo a tese de que "a geografia tem suas raízes no entendimento da diferenciação dos lugares, regiões, países e

[2] "Talvez aí esteja o 'x' da questão: tantas (sobre)vidas e mortes da região se devem, em primeiro lugar, à própria ambiguidade com que ela nasce. [...]" (Haesbaert, 2010, p. 50).

continentes, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza" (Correa, 2000, p. 4). Como demonstra Corrêa, a Geografia de tradição clássica sempre pôde ser definida a partir de um enfoque próprio para com a diferenciação espacial, já que desde o seu nascimento teve de enfrentar o problema de conciliar a dimensão universalizante do pensamento científico e suas explicações generalistas, com a multiplicação das transformações no domínio da experiência sensorial e da investigação empírica, revelando o complexo quadro da diferenciação espacial existente. Trata-se de um dilema com um local reservado no coração da Geografia, que desde sempre contou com essa dualidade entre as suas dimensões "geral" (nomotética) e "regional" (idiográfica) (Haesbaert, 2010). Assim "o desafio não era só enfrentar mares e desbravar continentes, [mas também] o de sistematizar o conhecimento acerca dos lugares" (Lencioni, 1999, p. 75), inclusive em um sentido inventarial, ainda que, nesse mesmo contexto, "a busca por princípios gerais tornou-se prioridade, conduzindo o homem a pensar a sociedade humana não em suas particularidades, mas em sua perspectiva geral" (Lencioni, 1999, p. 76).

Concretamente, o enfrentamento dessa problemática no contexto germânico foi conduzida pelos geógrafos Alexander von Humboldt e Karl Ritter. Cada um, à sua maneira, contribuiu para a consolidação moderna da disciplina, refletindo a tensão entre o estabelecimento de leis gerais para os fenômenos geográficos e a descrição de suas particularidades. Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova* ([1978]/2002) classifica-os como "principistas", pois "Lutavam para encontrar leis ou princípios que norteasse a disciplina geográfica nascente como ciência moderna" (Santos, [1978]/2002, p. 45). Nesse sentido, "é comum a referência a Ritter como fundador da Geografia Regional e a Humboldt, da Geografia Geral" (Lencioni, 1999, p. 94). Trata-se de uma posição compartilhada por Antonio Moraes:

> A presença das formulações desses autores sobre a evolução da Geografia posterior é por demais evidente, não podendo ser questionada. Humboldt e Ritter são os primeiros formuladores e alimentadores da Geografia moderna. Em suas páginas encontram-se os resultados dos esforços teóricos que propiciaram a sistematização do pensamento geográfico e sua existência enquanto um campo autônomo do conhecimento, segundo os padrões modernos (Moraes, 1989, p. 206).

A despeito da contribuição inequívoca desses autores, o título patriarcal de "pai fundador" da escola germânica de Geografia foi atribuído principalmente a Friedrich Ratzel, uma vez que propôs uma Geografia explicitamente voltada para o Estado e associada às pretensões expansionistas da Prússia. Além disso, reforçou a tríplice identidade povo-Estado-território como elementos constitutivos do Estado nacional territorial moderno[3], com a noção de *Lebensraum* (espaço vital) fornecendo um instrumental valioso para se pensar o tema da diferenciação espacial. Inserido em um movimento de formação de um pensamento geográfico científico, sob a influência flagrante das teses positivistas e incorporando elementos das publicações de Charles Darwin e Herbert Spencer, Ratzel, através de sua Antropogeografia, torna-se decisivo para consolidar a cátedra de Geografia na Alemanha e, assim como seus predecessores, reflete a tensão imanente entre a diferenciação espacial e o processo universal de desenvolvimento das sociedades.

> A visão de que a forma com que o homem organiza a sua vida é estreitamente determinada pelas condições naturais permitiu a Ratzel estabelecer a relação entre as diferentes formas de adaptação do homem ao meio e a diversidade de organização social e política no mundo (Lencioni, 1999, p. 83).

No entanto, mesmo ressaltando de maneira cristalina a dimensão política da geografia acadêmica, há de se retomar a crítica, já muito repetida, de que a ênfase naturalizante dos processos sociais no pensamento ratzeliano advém de seu caráter ideológico, intimamente relacionado com as ambições expansionistas de uma parcela da burguesia prussiana (Santos, [1978]/2002).

O deslocamento do debate regional, de um aspecto secundário, auxiliar ou meramente procedimental, para uma posição conscientemente protagonista, usualmente, é identificado com a consolidação da escola clássica que obteve proeminência na França sob a liderança de Paul Vidal de La Blache na virada dos séculos XIX-XX, e que tem um papel importante na institucionalização da disciplina. Em um contexto de delimitação dos campos disciplinares avançado, no qual a cisão entre as ciências da natureza e as ciências "do espírito" se confirmava na prática acadêmica, a proposta de La Blache teve de lidar com o questionamento generalizado

[3] "A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído" (Moraes, [1994]/2007, p. 67).

de uma Geografia que sempre elencou a relação diferenciada entre o homem e a natureza como objeto. Assim, é na região que a escola "vidaliana" - como a chama Vincent Berdoulay (2017) - encontra posição relativamente sólida. Sem renunciar ao reconhecimento da unidade dos fatos terrestres, bem como da liberdade e das possibilidades universais oferecidas pelo meio, argumenta que "na história das sociedades humanas os fatos gerais nunca se produzem de uma vez só" (La Blache, [1922]/1954, p. 286), refletindo níveis de civilização e diferentes articulações homem-meio, que se manifestam em áreas embebidas de individualidade, as regiões.

A proposta teve o mérito de inserir a categoria de região em uma posição destacada, fruto de uma escolha teórico-metodológica que, mantendo a centralidade da relação homem-natureza, sem sacrificar a "missão fundadora" da corporação dos geógrafos, incorporava o próprio contexto e as necessidades ideológicas burguesas mobilizadas pela modernização da França após a derrota na Guerra Franco-Prussiana, pela legitimação da Terceira República e pelos anseios imperialistas franceses.

> Estava claro para a sociedade francesa que a modernidade, fundada na indústria e no urbano, dissolvia os lugares, esgarçava os laços entre as pessoas e enfraquecida a ideia de comunidade local. Havia uma necessidade do discurso regional para constituir a unidade da nação (Lencioni, 1999, p. 100- 101).

Pode-se argumentar que o brilhantismo de La Blache reside, precisamente, na habilidade de erguer uma escola geográfica capaz de articular elementos díspares de maneira relativamente coesa, tendo em seu centro a região e, portanto, as leis que regem os processos de diferenciação do planeta em conjunto com a apreensão daquilo que é particular, como objeto de análise. Ainda que o autor empregue com maior frequência a noção de "individualidade" para descrever a multiplicidade das formas terrestres, em detrimento da ideia de "diferenciação", acredita-se que, para os objetivos do presente texto, o caráter comparativo dos estudos regionais e sua pretensão científica são fortes indicativos da sua inseparabilidade com a questão da diferenciação, como expressa Berdoulay ao afirmar que "a distinção entre uma abordagem idiográfica, que era regional e particularizante, e uma abordagem nomotética, que buscava as leis ou generalizações, não era essencial e não podia estabelecer se em dicotomia na geografia vidaliana" (Berdoulay, 2017, p. 212). Dessa forma, é evidentemente que a região, para

Vidal de La Blache, consiste em uma categoria transformada por um contexto histórico próprio, no qual as relações imediatamente capitalistas, pautadas no comércio e conexões que se realizam em escala cada vez mais ampla, produzem uma concepção que

> não resultava do tradicionalismo, na medida em que ela não estava orientada para a família e que as regiões que ele propunha tinham, antes de tudo, uma significação econômica e visavam colocar todas as partes da França no diapasão da economia nacional e mundial. Em outras palavras, para Vidal a vida local não deveria ser protegida das influências exteriores, mas evoluir muito mais, de maneira a promover o desenvolvimento econômico da região (Berdoulay, 2017, p. 133).

No entanto, é igualmente intrigante constatar que, em contraposição às formulações ratzelinas, Vidal concebia que ao geógrafo da escola francesa caberia zelar por um distanciamento da esfera imediatamente política, revelando "as combinações dos fenômenos e as leis universais que os regem" (Berdoulay, 2017, p. 181) ao mesmo tempo em que prezava pela mera descrição dos fatos naturais e humanos sob a luz da existência de uma "unidade terrestre". Para isso, privilegia procedimentos empíricos e comparativos que auxiliam o estudo das diferentes porções do planeta, amarrados formalmente no modelo de redação das inúmeras monografias regionais, que ganham o ar de "cientificamente neutras", produzidas em estrita observação da objetividade científica. Ainda que se possa admitir a crítica de Yves Lacoste (1978), de que haveria um apagamento da dimensão política em La Blache, fato é que, externamente, dominou a percepção de que a mesma era inexistente, já que sua escola "combinou um individualismo temperado pela solidariedade social, um nacionalismo associado a um expansionismo colonial e a um apego à terra, uma fé na ciência e no progresso, e um idealismo ancorado em uma abordagem empírica dos problemas a resolver" (Berdoulay, 2017, p. 230). Por outro lado, se a região constitui um dos pilares da construção teórica dessa escola, ela só é plenamente compreensível em conjunto com o conceito de "gênero de vida", que "se define como o resultado das influências físicas, históricas e sociais, presentes na relação do homem com o meio" (Lencioni, 1999, p. 103). Para Milton Santos, o gênero de vida em Vidal de La Blache

> é também um desses numerosos paradigmas que orientaram a geografia humana moderna. Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um

> argumento sob medida para reforçar a ideia de região como unidade do estudo geográfico (Santos, [1978]/2002, p. 36).

Sua importância, no contexto de nossa discussão, está em demonstrar, no interior do pensamento vidaliano, a própria tensão existente entre o estudo do singular e a perspectiva de que o próprio desenvolvimento econômico e social carrega consigo também o espraiamento de suas leis e processos pelo espaço geográfico, na forma da generalização de um único "gênero de vida". Por um lado, há uma dimensão naturalizante das relações sociais, cristalizadas em uma interação relativamente harmônica, duradoura e de extensão geograficamente limitada, a ser empiricamente descrita, ainda que de maneira idealista. Comentando esse ponto, Santos argumenta que

> Toda procura de uma causalidade entre esses dois dados [homem e natureza] levará inevitavelmente a erros graves, justamente àquilo que se pode chamar de abstração empírica, já que as coisas são valorizadas como 'coisas em si' e não pelas relações que representam e às vezes escondem (Santos, [1978]/2002, p. 41).

Nesse sentido, como já foi demonstrado também por Vincent Berdoulay, tratam-se de formulações que escapam da visão tradicionalista e sustentam a modernização e o colonialismo. Dessa forma, La Blache também reconhece que "A civilização, de que a Europa moderna é a herdeira final, alimentou-se no princípio de uma multidão de focos distintos, absorveu a substância de um grande número de meios locais" (La Blache, [1922]/1954, p. 288). Assim, por trás do expansionismo europeu, haveria uma força progressista, capaz de revolucionar as diferentes formas com que os povos da Terra se relacionam com o seu meio.

Torna-se evidente que, por mais que o tratamento vidaliano da região tenha se apresentado como uma posição nova e eficiente para seus objetivos, ao ponto de adquirir prestígio e um nível de institucionalização robusto, manifesto em um número nunca antes visto de cátedras de Geografia (Berdoulay, 2017), os fundamentos teórico-metodológicos deixados por essa escola se provaram limitados em articular de maneira teoricamente coesa a tensão existente entre os temas da diferenciação espacial e a produção de leis universais. Não obstante, a influência dessa escola geográfica se prova duradoura e bastante diversificada, em especial, na figura dos discípulos de Vidal de La Blache, como Jean Brunhes, Max Sorre, Emmanuel de Martonne, André Cholley, dentre outros.

Com o passar da alvorada dessa escola geográfica, no entanto, inicia-se seu crepúsculo. Com a decomposição de seu universo material - o fim da fase concorrencial do grande capital e o início da era dos monopólios (Lencioni, 1999) -, ao longo do século XX, diversos movimentos intelectuais passam a questionar a pertinência das teorias geográficas dominantes, denunciando aqueles pontos que compreendiam como as debilidades da Geografia Clássica. Paradoxalmente, uma crítica importante se deu no sentido de retorno a Kant, na forma do neokantismo de autores como Alfred Hettner e Richard Hartshorne. Ainda que possuam divergências e nuances específicas, pode-se mencionar entre os dois um sentimento de recusa do positivismo, ainda que em termos relativos, no pensamento geográfico e uma ênfase no caráter variável da superfície terrestre, seu caráter "corológico", como objeto da Geografia, ainda que, para Hartshorne, as regiões resultantes sejam concebidas como produtos do intelecto, mais do que do real (Lencioni, 1999). Há de se reconhecer, no entanto, as continuidades da geografia neokantista em relação àquela de Vidal de La Blache e seus discípulos, como o faz Rogério Haesbaert ao elencar, por exemplo, o caráter integrador do estudo regional, a continuidade do fenômeno regional e seu caráter mesoescalar como pontos de continuidade (Haesbaert, 2010).

Posteriormente, tanto pelo viés quantitativista, na forma da *New Geography*, quanto pela abordagem da experiência e da subjetividade, novas tendências internas ao pensamento geográfico vão propor novas doutrinas. No entanto, além de uma análise pormenorizada de sua de sua natureza própria escape aos nossos objetivos, compreendemos que, no século XX, o golpe mais duro desferido contra pensamento geográfico de inspiração positivista virá de seu diálogo com o marxismo. É sobre esse encontro que buscaremos agora refletir.

A diferenciação espacial no pensamento marxista: a teoria do desenvolvimento desigual e combinado

Ainda que não caiba aqui reconstituir toda a evolução do pensamento marxista, demonstrando exaustivamente sua especificidade frente às formas anteriores de ciência, nos interessa o fato de que nele a diferenciação espacial sempre esteve latente sob formas diversas, ainda que marcada por enormes e quase insuportáveis contradições. Um esforço pioneiro em

demonstrar esse fenômeno foi conduzido por David Harvey, permanecendo até hoje um dos aspectos mais fundamentais de sua vasta obra. No texto *A Geografia da Acumulação Capitalista: Uma reconstrução da teoria marxiana* ([1975]/2020), que posteriormente será empregado para compor os capítulos finais de *Os Limites do Capital* ([1982]/2013), o autor busca reconstituir algumas das formulações do próprio Marx em torno da temática espacial, que segundo Harvey, possuiriam um caráter "fragmentário" e "não sistemático", tendo seu ponto central na "relação entre as dinâmicas temporais de acumulação do capital e a produção de novas configurações espaciais de produção, troca e consumo" (Harvey, [1975]/2020, p. 50).

Para ele, é possível vislumbrar que a generalização do tempo de trabalho socialmente necessário como métrica do valor na sociedade capitalista adquire um caráter "equalizador" de todos os ritmos e processos que se sobrepõem a um mundo naturalmente diferenciado. Ainda que os processos de homogeneização espacial não estivessem explicitamente anunciados na teoria marxiana, Harvey demonstra que a generalização do tempo social só pode efetivamente se realizar exigindo uma produção ativa de quadros espaciais próprios, seguindo a clássica elaboração marxiana de que "Quanto mais desenvolvido o capital, [...] tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo" (Marx, [1939]/2011, p. 445). Dessa forma, diz Harvey,

> Defenderei que as relações espaciais e os fenômenos geográficos são atributos materiais fundamentais que devem estar presentes desde o início da análise e que as formas que eles assumem não são neutras em relação aos possíveis caminhos do desenvolvimento temporal. Precisam, em suma, ser construídos como 'momentos ativos' e fundamentais no interior da dinâmica contraditória do capitalismo. A produção do espaço é, para usar um linguajar marxista, mais convencional, uma força de produção. (Harvey, [1975]/2020, p. 50).

Assim, a ênfase de Marx nos processos de homogeneização da produção social, no sentido de generalização das relações burguesas e aplanaimento das singularidades espaciais e suas individualidades são bastante explícitas, corroborando o diagnóstico feito por Harvey e outros marxistas, da fragilidade das passagens explicitamente espaciais nos trabalhos de marxianos, ainda que se possa considerar a advertência de Lencioni, segundo a qual certos exageros, como a assertiva de que o espaço, para Marx, teria representado uma "complicação

desnecessária", seriam "descabidos", dado que sua ênfase no caráter homogeneizador do capital não substitui o debate geográfico (Lencioni, 1999).

De qualquer forma, é amplamente disseminada a compreensão de que os próprios Marx e Engels identificavam um papel emancipatório na generalização das relações capitalistas e no desenvolvimento das forças produtivas nos mais distintos pontos do globo[4]. Isso é especialmente claro em seu panfleto mais famoso, o *Manifesto do Partido Comunista*, onde apontam como "A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário. [...]. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês (Marx e Engels, [1848]/1988, p. 68). É evidente que, por mais que sua defesa da necessidade de superação do capitalismo seja indubitável, a mesma não dilui uma posição teórico-política que aceitava a capacidade de disseminar espacialmente as condições de exploração e revolução da vida material como um aspecto central, e por vezes positivo, de sua dinâmica imanente.

Chama a atenção que o peso dessas assertivas reverberou amplamente, enraizando-se no pensamento e na política de alguns dos mais destacados expoentes da tradição que se seguiu: o marxismo. Isso abre um debate da mais elevada importância pois, por um lado, existem aqueles que apontam certas leituras enviesadas de Marx que, contaminados por um contexto "positivista" e "evolucionista" enfatizaram sobretudo o caráter homogeneizante do capital e as singularidades espaciais como meros vestígios em processo de eliminação, como demonstra, por exemplo, Milton Santos ao apresentar o caso do "pai do marxismo russo"[5], Plekhanov, como "um bom exemplo de geógrafo determinista" (Santos, [1978]/2002, p. 49)[6]. O autor é criticado também por León Trótsky e outros revolucionários bolcheviques pelo mesmo motivo (Trótsky, 1977). É o que argumenta, também, o sociólogo Francisco de Oliveira, que preocupado com a questão regional sob o capitalismo afirma que

> O marxismo, dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação de capital, mas falhou em especificar-lhe as formas históricas

[4] Ainda que Neil Smith (1984) argumente que Engels teria uma posição pior e menos ambígua que a de Marx.
[5] Assim chamado, por exemplo, por León Trótsky, (1977).
[6] Ainda que Milton Santos, ele próprio, em algumas passagens, demonstre compartilhar dessa posição, ao dizer, por exemplo, que "Estes [países e regiões subdesenvolvidos], não são mais do que o resultado da ausência de resposta às condições do mundo moderno ou de uma inadaptação local às influências dos progressos econômicos e sociais" (p. 40)

> concretas, sobretudo em relação à periferia. Quando tentou, obteve alguns dos grandes resultados de caráter mais geral, como a 'via prussiana' e a 'revolução passiva'. Mas por muito tempo um 'evolucionismo' marxista esteve em larga voga, o que resultou numa raquítica teoria sobre a periferia capitalista, dentro das etapas de Stalin, do comunismo primitivo pré-classes ao comunismo pós classes. No caso latino-americano esse 'etapismo' levou a equívocos de estratégia política, e a teoria do subdesenvolvimento era considerada 'reformista' e aliada do imperialismo norte-americano (Oliveira, 2003, p. 126).

Ou seja, apesar de possíveis "desvios" no interior da própria produção teórica radical marxista, elas conviveram com sinalizações etapistas bastante explícitas nos próprios textos de Marx e Engels.

Neil Smith é outro geógrafo que também demonstra essa contradição ao argumentar que, para Marx, "O chamado mundo em contração não é meramente um efeito do progresso generalizado da modernização, mas necessidade específica do modo de produção baseado na relação entre trabalho e capital" (Smith, 1984, p. 127)[7]. Inclusive, Smith fundamenta essa assertiva levando em consideração a definição de imperialismo apresentada por Rosa Luxemburgo, líder e teórica espartaquista alemã, segundo a qual "é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital" (Luxemburgo, [1913]/1985, p. 305). Trata-se de autora fundamental para a crítica dessa política que, de diferentes maneiras, segue vital para continuidade contemporânea do capital, na medida em que permite "consumir sociedades não capitalistas" (Smith, 1984, p. 129)[8]. Ao mesmo tempo, trata-se de comprovação inequívoca da falibilidade do sistema, na medida em que revela seus limites externos e explicita como "o desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como período de catástrofes" (Luxemburgo, [1913]/1985, p. 305). Em outros termos, a expansão espacial do capital, alimentada por uma necessidade interna, produz a desorganização de outras formas de organização da vida social e o aplainamento das diferenciações sociais, que existiriam meramente como instâncias residuais em vias de eliminação, aproximando cada vez

[7] "The so-called shrinking world is not merely an effect of generalized progress of modernization but the specific necessity of the mode of production based on the relation between labor and capital" (tradução nossa).
[8] "simply the process of eating non-capitalist societies and by definition was the final phase of capitalism. When the absolute geographical expansion of capital came to an end, so too necessarily did capitalism" (tradução nossa).

mais do limite absoluto da sua possibilidade de reprodução: o risco de um mundo indiferenciado, homogêneo, e portanto inviável do ponto de vista da acumulação.

Se há nos textos de Marx um claro papel revolucionário da ampliação da esfera de relações burguesas, na esfera mais imediatamente política, tal concepção eventualmente veio a inspirar posições que logo foram denominadas de "etapismo" ou seja, assentadas sobre a ideia de que a superação global do capitalismo seria possível apenas mediante a conclusão da modernização por seus próprios fundamentos, como a generalização universal do trabalho assalariado e da exploração burguesa, ensejando o proletariado como classe numericamente superior em todo o globo. No entanto, pode-se argumentar que seu pensamento também dialoga com posições contraditórias. Como demonstra Lowy

> [Em Marx,] de forma contraditória - às vezes literalmente lado a lado com concepções etapistas -, aparece a ideia de revolução permanente: ou seja, o conceito de um processo revolucionário ininterrupto que permita ao proletariado subverter o capitalismo e manter o poder estatal, mesmo em países periféricos, atrasados ou semifeudais da Europa (Lowy, 2015, p. 21).

Ao "etapismo", flagrantemente contaminado pelo paradigma evolucionista, opõe-se portanto, o permanentismo: concepção que admite a coexistência de diferenciações socioeconômicas e geográficas como internas ao próprio processo de reprodução ampliada do capitalismo e que o acompanham em seu desenvolvimento histórico, tornando premente não só a compreensão dos países "atrasados" sob a luz dos "avançados" como a construção imediata de uma "revolução permanente" internacional, em que ambos os polos sejam mobilizados (Lowy, 2015). Essa tensão, longe de ser apenas um embate retórico, reflete um aspecto fundamental da crítica marxista ao modo de produção capitalista, que historicamente penou em conciliar o entendimento das forças, de homogeneização e diferenciação espacial, engendradas pelo próprio capital. Como argumentam Smith (1984) e Lowy (2015), as diferentes interpretações tenderam a enfatizar um polo em detrimento do outro, alinhando-se mais ou menos a cada uma das posições descritas acima. No entanto, mais importante do que posicionar os diversos autores em um esquema espectral que permita sua classificação, é o reconhecimento de que esse fenômeno real e contraditório passou longe de se resolver completamente na teoria, tendo se arrastado contraditoriamente pela história desse campo, como se vê na leitura de Smith em torno do pensamento de Vladimir Lênin.

> Assim como Marx e Luxemburgo, Lênin equipara a geografia do imperialismo à sobrevivência do capitalismo, mas precisamente porque vê as raízes da diferenciação geográfica no próprio capital, ele não equipara imediatamente o progresso do capital à eliminação de tais diferenças (Smith, 1984, p. 130)[9].

É possível vislumbrar esse tema, ainda que de maneira preliminar, nos textos do próprio dirigente bolchevique, ao identificar nos monopólios burgueses a expressão mais avançada do capitalismo no final do século XIX e as raízes do imperialismo e da formação e repartição das colônias, afirmando que

> As condições estritamente econômicas não são as únicas a influenciar o desenvolvimento das possessões coloniais; também jogam o seu papel condições geográficas e outras. Por mais vigoroso que tenha sido, durante as últimas décadas, o nivelamento do mundo e das condições econômicas e de vida dos diferentes países sob a pressão da grande indústria, do comércio e do capital financeiro, a diferença continua a ser, no entanto, considerável (Lênin, [1917]/2012, p. 114).

Chama igualmente a atenção sua leitura do papel específico desempenhado pelos grandes capitalistas, unidos em torno do capital financeiro, na compreensão do quadro desigual da geografia mundial. Lênin afirma que por ocasião da expansão da lógica dos monopólios,

> quando um único centro dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores [...], então se torna evidente que nos encontramos diante de uma socialização da produção, e não diante de um simples "entrelaçamento" (Lênin, [1917]/2012, p. 170).

A força da ênfase na dimensão homogeneizadora do movimento de expansão capitalista - em uma tradução literal do termo adotado por Neil Smith[10] - se provou resiliente e por vezes dominante no pensamento marxista, em especial até meados do século XX. Assim, é possível identificá-lo, ainda que de maneira diversa, perpassando figuras tão díspares, como Joseph Stalin, em sua formulação etapista do "socialismo em um só país"[11], no qual a modernização burguesa necessariamente antecede a "maturidade" da revolução socialista, e

[9] "Like Marx and Luxemburg, then, Lenin equates the geography of imperialism with the survival of capitalism, but precisely because he sees the roots of geographical differentiation in capital itself, he does not immediately equate the progress of capital with the elimination of such differences" (tradução nossa).
[10] O autor emprega, com frequência, o termo "equalization" (Smith, 1984). Aqui, optamos pelo termo "homogeneização", qie compreendemos ser mais coerente com o vocabulário geográfico em língua portuguesa.
[11] Aqui compreendida sob a lente de Michel Lowy, que a considera uma elaboração inequivocamente original de Stalin, através da qual a defesa da necessidade da revolução burguesa o mundo subdesenvolvido "para justificar a subordinação da luta de classes mundial às exigências da 'construção do socialismo' na URSS" (Lowy, 2015, p. 95).

Herbert Marcuse, em linha com certa crítica frankfurtiana do "homem unidimensional", habitante de um espaço aplainado pelo desenvolvimento industrial da sociedade na modernidade burguesa[12]. Apesar de os exemplos não serem escassos, não se pode dizer que, através das lentes de inúmeros teóricos, não só tenha sido possível vislumbrar limites a essa perspectiva como também formular saídas mais complexas para o impasse.

Nesse sentido, Leon Trotsky se destaca como um dos pioneiros na formulação de explicações para o desenvolvimento capitalista como uma totalidade, capaz de apreender a dimensão diferenciadora do capital. Contrapondo-se às teses stalinistas, e tendo como objetivo armar teoricamente o processo de construção de uma revolução historicamente em curso, elabora sua *Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado*, que observa como o desenvolvimento do capitalismo se materializa em um movimento contraditório que enseja novas assimetrias espaciais. Há de se reconhecer que Trotsky expressa nessa teoria suas preocupações políticas e programáticas com os destinos da Revolução Russa de 1917, tendo sido formulada de maneira a embasar sua própria *Política da Revolução Permanente*. Todavia, ao afirmar que "o prognóstico do fato que a Rússia, historicamente atrasada, poderia conhecer uma revolução proletária mais cedo do que a Inglaterra avançada, funde-se inteiramente na lei do desenvolvimento desigual" (Trótsky, 1977, p. 165), introduz no marxismo um entendimento novo, de que o suposto "atraso" de certas regiões do globo é intrínseco ao modo de produção baseado no capital, e não signo de sua ausência, ao que complementa Michel Lowy, afirmando que, "Portanto, o amálgama de condições socioeconômicas atrasadas e avançadas torna-se a fundação estrutural da fusão ou combinação de tarefas democráticas com socialistas em um processo de revolução permanente" (Lowy, 2015, p. 114). No entanto, Trótsky parte de um entendimento distante daquele que se observou em boa parte do marxismo ao afirmar que

> com o surgimento do capitalismo como sistema mundial, a história mundial se torna uma totalidade concreta (e contraditória) e as condições do desenvolvimento socioeconômico passam por uma mudança qualitativa. [...]

[12] "Obviamente, quando cidades e rodovias e Parques Nacionais substituem vilas, vales e florestas; quando embarcações a motor correm nos lagos e aviões cortam os céus - então essas áreas perdem o seu caráter como uma realidade qualitativamente diferente, como áreas de contradição" (Marcuse, [1964]/1982, p. 77).

> As sociedades atrasadas são permitidas, ou antes, impelidas, a adotar algumas características avançadas, saltando etapas intermediárias (Lowy, 2015, p. 113).

Por mais que a Teoria do Desenvolvimento Desigual "trotskiana" tenha oferecido um caminho para se compreender, ainda que parcialmente e de maneira bastante preliminar, a complexidade das relações espaciais no capitalismo, apreendendo a dialética da homogeneização diferenciação, a aproximação entre os geógrafos e as teses marxistas ainda se revelava um duplo dilema. Por um lado, "a perspectiva marxista trouxe, de imediato, um problema teórico-metodológico de que a Geografia Regional não poderia se esquivar do fato de a região não se constituir uma categoria de análise marxista" (Lencioni, 1999, p. 168). Portanto, o distanciamento temático e a falta de preocupação com os objetos entre os dois domínios do saber, se provaram complexos. Por outro, a ênfase concedida por marxistas e até mesmo pelos próprios pais do materialismo dialético às dinâmicas de homogeneização, conduzidas pelo capital em seu desenvolvimento, resultou em forte marginalização de posições afeitas à Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado[13].

Tal imbróglio vai emergir, por exemplo, na tentativa pioneira de renovação da disciplina sob intervenção da Geografia Ativa no século XX, elaborada por autores como Pierre George, Bernard Kayser e Yves Lacoste, que buscaram politizar o trabalho dos geógrafos adotando teses marxistas. Analisando esse momento da história do pensamento geográfico e da categoria de região, Lencioni afirma que

> a região foi discutida pela perspectiva do desenvolvimento desigual e se colocou como objeto de intervenção da ação do homem. Os trabalhos desses autores expuseram claramente o quanto havia se destruído a base regional do território francês ante o desenvolvimento capitalista (Lencioni, 1999, p. 141).

Buscando demonstrar as inovações e os limites desse movimento, vale a pena mencionar a obra de Yves Lacoste que, especialmente em seu livro *A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra (1978), sintetiza bem os principais dilemas enfrentados. Em seu sexto capítulo, intitulado A colocação de um poderoso conceito-obstáculo: a região-personagem*, ressaltamos sua defesa célebre da dimensão político-estatal, tanto da obra de Vidal de La

[13] "Trotsky foi o primeiro, e por muitos anos o único marxista a questionar este dogma sacrossanto" (Lowy, 2015, p. 47).

Blache[14], em particular, quanto da Geografia, em geral, apontando seu escamoteamento histórico sob um véu de pretensa neutralidade científica e do levantamento desinteressado dos fatos. Denuncia assim o caráter legitimador das relações de poder e opressão de classe contidas nas premissas epistemológicas da disciplina, defendendo que "o processo científico está ligado a uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder" (Lacoste, 1978, p. 23). Dessa forma, aponta a região de acepção vidaliana como um elemento central para a consolidação do papel ideológico dessa corrente, uma vez que sua demarcação espacial é obtida mediante uma valorização exagerada dos fenômenos aparentemente "permanentes", negligenciando as transformações fundamentais impostas pela industrialização e a urbanização. Assim, Lacoste defende a assimilação do caráter "diferencial" da espacialidade dos sujeitos, submetida inclusive ao processo de divisão social histórica do trabalho e ampliação da esfera da circulação.

> De fato, o desenvolvimento das trocas, da divisão do trabalho, o crescimento das cidades, fazem com que para cada um o espaço (ou espaços) limitado do qual ele pode ter conhecimento concreto não corresponda mais que a uma pequena parte somente de suas práticas sociais (Lacoste, 1978, p. 43).

No entanto, por mais que se trate de um louvável ensejo crítico, fortuito em demonstrar a importância da Geografia, através do argumento da existência de uma "Geografia dos Estados maiores", ele ilustra em igual medida algumas das debilidades desse movimento renovador. Ainda que não seja de nosso interesse uma discriminação mais pormenorizada dessa questão, é possível notar uma restrição bastante significativa do escopo da crítica, preservando-a de ir às últimas consequências e conservando parte do aparato conceitual da Geografia Clássica. Evidentemente, há uma imensa contribuição para o apontamento de certas contradições, situando o objeto da Geografia fortuitamente no domínio da história e na arena da luta de classes, combatendo as tentativas de escamotear esse fato pelos "geografismos"[15] em sua defesa de que "[...] seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política" (Lacoste, 1978, p. 63). No entanto, na medida em que as diferentes áreas representam apenas formas particulares de combinação dos fenômenos

[14] Presente sobretudo na negligência intelectual para com a obra *La France de L'Est* (1917).

[15] [...] metáforas que transformam em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre ou, mais exatamente, os nomes dados (pelos geógrafos) a territórios mais ou menos extensos" (Lacoste, 1978, p. 63)

"naturais" e "sociais", relativamente perenes e harmônicos, tal como as eram para os "fundadores" da disciplina, deixa de reconhecer os mecanismos que, aliados ao desenvolvimento econômico e a sucessão técnica, ensejam permanentemente novas assimetrias e diferenciações, inserindo o espaço em uma posição adequada na totalidade do modo de produção capitalista. Dessa maneira, optam por uma dimensão "naturalizante" da região, que é, ao mesmo tempo, positivista. Dessa forma, há aqui acordo com Antonio Moraes quando ele afirma que "A Geografia de denúncia não realizou por inteiro a crítica da Geografia Tradicional, apesar de politizar o discurso geográfico" (Moraes, 2007, p. 125).

O Papel da Geografia Crítica

Dessa forma, um avanço extremamente significativo em torno da aproximação crítica entre o marxismo e a Geografia será conduzido, justamente, pelo movimento que se convencionou chamar Geografia Crítica, que reuniu geógrafos e geógrafas em torno da renovação ampla da disciplina, produzindo sínteses novas, ainda que no interior de uma diversidade grande, ainda que partindo frequentemente de um reconhecimento da dimensão social, historicamente determinada pelo modo de produção capitalista na produção de novas diferenciações espaciais. Como sintetiza Roberto Corrêa, "Tratava-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais" (Correa, 2000, p. 11). Para isso, os representantes da Geografia Crítica recorreram, com frequência, às teses da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, uma vez que "A lei do desenvolvimento desigual e combinado se traduz, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas mas articuladas" (Correa, 2000, p. 27).

Para além do já mencionado projeto intelectual de David Harvey, cujas elaborações centrais já apresentamos, e que representaram uma inflexão fulcral, a descrição dos mecanismos pelos quais o capital passa a produzir progressivamente suas diferenciações espaciais se verifica, em grande detalhe, no trabalho de seu discípulo, Neil Smith, que admite a forte influência da teoria do desenvolvimento desigual em seu livro *Desenvolvimento Desigual*

(1984). O autor parte do fato de que a moderna compreensão da própria "natureza" deve ser determinada historicamente, sendo a sua acepção moderna o resultado de um duplo movimento de cristalização "interior" e "exterior". Assim, simultaneamente, "A natureza interna dos seres humanos compreendia suas paixões grosseiras, enquanto a natureza externa era o ambiente social e físico em que os seres humanos viviam." (Smith, 1984, p. 12)[16]. Trata-se de um movimento que, longe de isolado, soma-se à crítica das premissas meramente naturalizantes das teorias precedentes. Histórica, a natureza é também social, produto da atividade humana, em franco diálogo como um aspecto central da teoria marxiana: a contradição entre a "primeira" e a "segunda natureza", reunidas no processo de produção[17] onde a humanidade regula seu metabolismo com o mundo material. Há aí, no entanto, um salto qualitativo. Com a emergência histórica da moderna produção de mercadorias, da correspondente generalização das trocas comerciais e da redução da materialidade do mundo à categoria de "valores de uso", o processo de produzir a natureza torna-se cada vez mais animado por abstrações oriundas da segunda natureza: o valor, como tempo de trabalho socialmente necessário, e sua expressão quantitativa, o valor de troca[18]. Assim, um "mesmo pedaço de matéria existe simultaneamente em ambas as naturezas; como mercadoria física sujeita às leis da gravidade e da física, ela existe na primeira natureza, mas como valor de troca sujeito às leis do mercado, ela viaja na segunda natureza." (Smith, 1984, p. 79)[19]. Essa é a raiz marxiana que estabelece a contradição entre as forças de homogeneização e diferenciação. Segundo ele, "Ao longo de sua obra, Marx trata a natureza como uma unidade diferenciada, mas em diferentes períodos a ênfase na unidade e na diferenciação varia" (Smith, 1984, p. 50)[20].

[16] The internal nature of human beings comprised their crude passions while external nature was the social and physical environment in which human beings lived" (tradução nossa).
[17] A "Produção do espaço" consiste em um conceito cuja autoria é amplamente reconhecida no sociólogo francês Henri Lefebvre, de quem Neil Smith toma de empréstimo reconhecendo seu débito intelectual.
[18] É de nossa opinião que Neil Smith, ao não defini-los na obra mencionada, emprega de maneira frequentemente ambígua e indiferenciada os conceitos de valor de troca e valor, distanciando-se da conceituação bastante precisa de Marx.
[19] "The same piece of matter exists simultaneously in both natures; as physical commodity subject to the laws of gravity and physics it exists in the first nature, but as exchange-value subject to the laws of the market, it travels in the second nature" (tradução nossa).
[20] "Throughout his work, Marx treats nature as a differentiated unity, but at different periods the emphasis upon unity and differentiation varies" (tradução nossa).

A natureza, produzida abstratamente no capitalismo e animada pelo que Smith compreende como o valor de troca em sua ampliação quantitativa, se desenvolve sob auspícios contraditórios. Por um lado, através da crescente proletarização e flexibilização da circulação monetária - ainda que ambas se deem sob diferentes formas históricas em diferentes contextos sociais e geográficos - produzem uma generalização da taxa de lucro - indicador da acumulação capitalista -, guiando a expansão e a mobilidade do capital. Por outro, a completa integração econômica do planeta, que nunca se realiza plenamente, exige a constante diferenciação social e territorial do trabalho, bem como a fixação espacialmente determinada de capitais em pontos e áreas particulares. Eis o mecanismo que, segundo o autor, subjaz ao desenvolvimento desigual. "Assim como a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma marxista do valor, a diferenciação dos espaços absolutos como escalas particulares de atividade social é uma necessidade interna do capital" (Smith, 1984, p. 181)[21]. Assim, emerge em conjunto com a natureza, o espaço como uma categoria própria, não circunscrita pela experiência cotidiana do indivíduo e da comunidade. "O desenvolvimento do conceito de espaço, separado de espaços e lugares particulares, coincidiu com um marco maior na história humana: as origens da filosofia, do pensamento conceitual que não é mais o efluxo direto da atividade prática imediata." (Smith, 1984, p. 97)[22]. Trata-se de uma abordagem importante e uma contribuição incontornável para a redefinição dos elementos centrais que constituem a Geografia, rompendo com o positivismo naturalizante da escola Clássica e apresentando um diálogo aberto - ainda que não "ortodoxo" ou "dogmático" - sobre o papel do espaço em Marx, que não apenas é produzido como se realiza contraditoriamente - integrando pela dialética a diferenciação em escala planetária.

> Os últimos cem anos de desenvolvimento capitalista envolveram a produção de espaço em um nível sem precedentes. Mas isso foi alcançado não por meio da expansão absoluta em um determinado espaço, mas pela diferenciação interna

[21] "Just as spatial integration is a necessity of the universalization of abstract labor, in the marxist form of value, so the differentiation of absolute spaces as particular scales of social activity is an inner necessity for capital" (tradução nossa).
[22] "The development of the concept of space, separate from particular spaces and places, coincided with a larger milestone in human history—the origins of philosophy, of conceptual thought which is no longer the direct efflux of immediate practical activity" (tradução nossa).

> do espaço global, ou seja, pela produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo (Smith, 1984, p. 120)[23].

Neste ponto, há de se aprofundar um aspecto indispensável para a compreensão do pensamento geográfico construído pela Geografia Crítica, que é o papel desempenhado pela divisão espacial do trabalho. Há, evidentemente, uma ampla e elaborada bibliografia marxista que compreende a complexificação da divisão social das atividades como um dos maiores trunfos do modo de produção capitalista, aumentando simultaneamente a dominação e a produtividade do trabalho e ensejando o caminho para o futuro comunista. É o que demonstra Marx na análise contida no capítulo XII do primeiro volume de *O Capital*, intitulado *Divisão do Trabalho e Manufatura*, onde ele afirma que "Na sociedade em que rege o modo capitalista de produção, condicionam-se reciprocamente a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho" (Marx, [1890]/1989, p. 408). No entanto, seria um equívoco, além de contrassenso, presumir que se trata de um fenômeno meramente político ou econômico, desprovido de existência concreta e espacial. É o que demonstra a geógrafa Doreen Massey, que ao investigar as transformações nos padrões de divisão espacial do trabalho no Reino Unido em meio ao ascenso e posterior declínio do modelo fordista, argumenta que

> A divisão disciplinar acadêmica do trabalho entre 'substância' e 'espaço' prejudicou ambos. A 'substância das leis' da economia e da sociologia tem sido espacialmente cega, enquanto a geografia tem sido periodicamente lançada em paroxismos de dúvida sobre se tinha um objeto real de estudo e, em caso afirmativo, qual era (Massey, 1984, p. 51) [24].

Dessa forma, fornece imensa contribuição ao pensamento geográfico crítico ao fornecer instrumentos para se pensar as relações historicamente determinadas pelo capitalismo que produzem a diferenciação espacial intimamente ligada à divisão espacial das atividades econômicas. Como ela própria diz

---

[23] "The last hundred years of capitalist development have involved the production of space at an unprecedented level. But it has been accomplished not through absolute expansion in a given space but through the internal differentiation of global space, that is through the production of differentiated absolute spaces within the larger context of relative space" (tradução nossa).

[24] "The academic disciplinary division of labour between 'substance' and 'space' has done harm to both. The 'substance of laws' of economics and sociology have been spatially blind, while geography has been periodically thrown into paroxysms of self-doubt about whether it had a real object of study, and if so, what it was" (tradução nossa).

> Tanto o que é chamado de 'relações inter-regionais' como as diferenças geográficas no tipo de emprego são, em grande parte, a expressão espacial das relações de produção e das divisões do trabalho dentro da sociedade (Massey, 1984, p. 39)[25].

Ainda que fundamentais, a renovação do pensamento geográfico, através da Geografia Crítica, não permaneceu circunscrito a círculos de afinidade intelectuais europeus ou norte-americanos. Em verdade, recebe contribuições incontornáveis por parte de intelectuais da periferia do sistema e tem no Brasil, país continental e subdesenvolvido, particularmente sensível ao tema regional, um aporte essencial. Nesse sentido, um primeiro nome da Geografia brasileira que poderíamos recuperar e que possui contribuições essenciais é o de Antônio Moraes, que ao discutir a espacialidade básica do capitalismo, já apontava uma contradição imanente entre, por um lado, a expansividade da lógica capitalista, "submetendo todos os lugares à sua lógica, destruindo ou incorporando (sempre modificando) os gêneros de vida que preexistem à sua entrada numa dada localidade" (Moraes, 2017, p. 34) e a introdução do capital propriamente dito, que "como uma relação social realizada através de objetos, é em sua essência seletivo, isto é, elege lugares para sua aplicação e concentração" (Moraes, 2017, p. 34). Dessa forma, estabelece um caminho fortemente influenciado pela teoria do desenvolvimento desigual para se pensar o espaço no modo de produção capitalista. Para isso, ressalta

> A formação da economia-mundo capitalista (usando Wallerstein) objetiva-se como uma hierarquização de lugares, que expressa em variadas escalas uma divisão espacial do trabalho, com áreas especializadas e com funções definidas dentro do sistema de fluxos. Num processo dinâmico onde as renovações do centro implicam em reavaliações e revalorizações dos espaços periféricos, gerando uma dialética entre o avanço das fronteiras territorial e das fronteiras de inovações tecnológicas (Moraes, 2017, p. 35).

No entanto, gostaríamos de destacar aqui sobretudo as elaborações de Milton Santos. Versando sobre a passagem do século XX para o XXI, em seu livro *A Natureza do Espaço* ([1996]/2014), onde retoma questões já amplamente discutidas em seus escritos anteriores, como em *Economia Espacial* ([1979]/2003) e *Pensando o Espaço do Homem* ([1982]/2012), parte da recuperação do espaço como o objeto próprio da disciplina geográfica, definindo-o em seu sentido ontológico como "um conjunto indissociável, solidário e também

[25] "Both what are called 'interregional relations' and geographical differences in type of employment are in large part the spatial expression of the relations of production and the divisions of labour within society" (tradução nossa).

contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Santos, [1996]/2014, p. 63). Trata-se, segundo o autor, do Ser em ato, sua existência concreta. Entre esses sistemas situam-se as técnicas, que sempre acompanhadas das normas correspondentes, consistem nas formas "híbridas" indicativas da maneira como se dão as ações no espaço. Essa categoria, no entanto, deve ser compreendida como uma totalidade histórica, que corresponde ao próprio movimento das sociedades na transformação do seu modo de produção da vida[26], mediante sucessivas e interdependentes formas de divisão social e territorial do trabalho. Assim, se encontra em contradição permanente pois "toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se" (Santos, [1996]/2014, p. 119). Nesse processo de totalização, "Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada" (Santos, 1977, p. 87). Assim recupera de imediato a tensão das forças de diferenciação e equalização, advogando por uma metodologia que aborde a sociedade e o espaço em sua concretude espacial diferenciada, como parte da lógica própria de existência das relações capitalistas globais.

É a partir desse raciocínio que se pode compreender como, em um contexto de ampliação do capital em escala mundial, Santos resgata do léxico marxista a categoria de "formação econômica e social", ressaltando sua expressão espacial na fórmula da "formação socioespacial"[27], onde

> Modo de produção, formação social, espaço - essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (Santos, 1977, p. 86).

Assim, diferente da Geografia Clássica, que considerava o território e sua diferenciação o produto de relações mais ou menos estáveis, fortemente naturalizadas, desdobra

[26] Em linha com a formulação marxiana presente n'A Ideologia Alemã, segundo a qual: "Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história" (MARX e ENGELS, [1932]/2007, p. 42).

[27] Incluindo, aí, sua dimensão natural, compreendida no interior do quadro da "segunda natureza", uma vez que "A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realizações da formação social quanto das características próprias do sítio" (Santos, 1994, p. 89).

conceitualmente o papel das determinações abstratas e históricas que resultam na sua produção. Ao mesmo tempo, afasta-se de leituras ligadas ao pensamento neoliberal que, na virada do, passaram a pregar o apagamento da dimensão espacial na teoria social, em nome da suposta tendência inexorável de equalização. Em seu texto *O Retorno do Território* afirma

> Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social (Santos, 1994, p. 255).

Além da região, o próprio território emerge como uma categoria central para a Geografia, tornando-se sinônimo de espaço geográfico e contemplando a dimensão de seu uso efetivo, pois "O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico" (Santos e Silveira, [2001]/2020, p. 20). O debate regional é então inserido incontornavelmente no domínio da história, tendo a forma com que se organizam as sociedades para produzi-las uma posição central para o debate geográfico. Resta, no entanto, melhor precisar de que maneira isso se processa no atual período, de maneira a possibilitar um encontro com a análise do objeto concretamente enunciado pela presente investigação.

A Grande Corporação como Objeto de Estudo Privilegiado

Após a recapitulação da aproximação entre a Geografia e o marxismo sob o prisma da diferenciação espacial, gostaríamos de salientar um ponto central que vem desempenhando um papel importante nas últimas décadas: o estudo das grandes corporações transnacionais como um objeto de estudo privilegiado desse diálogo. Não se trata, evidentemente, da revelação de um aspecto obscuro, nem tampouco de uma inovação epistemológica radical. Trata-se, sim, de um campo de estudo marcado por diversos programas de pesquisa[28] explicitamente comprometidos com a crítica, com a disciplina geográfica e com o materialismo histórico e dialético. No entanto, dado o volume de dados mobilizados naturalmente para o tratamento do objeto, a multiplicidade de abordagens e procedimentos metodológicos possíveis, acredita-

[28] Como demonstra o estudo de Arroyo, Laize e Venceslau (2023), a respeito dos programas de Geografia Econômica dos diferentes cursos superiores de Geografia no Brasil. Disponível em <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/208360>. Acesso em 22/11/2025.

se aqui ser da mais elevada relevância que não se tome de barato seu significado para o trabalho diário de inúmeros pesquisadores.

Fato é que, para muitos dos expoentes da Geografia de inspiração marxista, já está consolidado o entendimento de que, no atual período da história do modo de produção capitalista, marcado pela globalização, "A grande corporação passou a constituir, após a Segunda Guerra Mundial, o mais importante agente da reorganização espacial capitalista" (Correa, 1991, p. 137). Dessa forma, o estudo do espaço hoje inevitavelmente está condenado a colidir, a todo momento, com a presença e a ação dos grandes atores, que "são as empresas globais, que não têm preocupações éticas ou finalísticas" (Santos, [2000]/2018, p. 670). Ainda que não caiba aqui uma recuperação detalhada de todas as suas características qualitativamente distintas das apresentadas pelos atores hegemônicos do passado, ou que permitem conservar sua hegemonia no presente, vale ressaltar sua estreita associação com as novas técnicas que constituem o período e o meio técnico-científico e informacional, tal como descrito por Milton Santos, que mediante a circulação e o comando dos fluxos de ciência, dinheiro e informação, passam a comandar o conjuntos dos processos sociais. No entanto,

> Trata-se, não obstante de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas. A fluidez potencial aparece no imaginário e na ideologia como se fosse um bem comum, uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes têm a possibilidade de utilizá-la, tornando-se, desse modo, os detentores efetivos da velocidade (Santos, [2000]/2018, p. 83).

Como mencionamos anteriormente, tal preocupação já se manifesta na obra de Massey, que vê no estudo da divisão territorial do trabalho e na organização espacial das grandes firmas um mecanismo essencial para a apreensão das novas dinâmicas do capitalismo. Como demonstra a autora, trata-se de uma atuação corporativa altamente seletiva: ao mesmo tempo em que possui enorme capacidade de se beneficiar de um mundo geograficamente diferenciado (física e socialmente) é também responsável pela produção de novas configurações e hierarquias complexas e qualitativamente novas. Assim, vê-se claramente que o estudo da diferenciação espacial perpassa, necessariamente, a ação de seus principais atores. É o que argumenta ao dizer que

> É, de fato, hora de as particularidades regionais e locais serem reintegradas como foco central do pensamento geográfico. Não se trata de defender um retorno aos 'bons e tradicionais estudos regionais', mas de sugerir que o mesmo tema pode agora ser abordado dentro de uma estrutura analítica rigorosa, com alguma compreensão da relação entre o geral e o particular, e com uma apreciação de como cada área local se insere no esquema mais amplo da produção capitalista e das relações sociais. Há uma base para uma nova geografia regional (Massey, 1984, p. 120)[29].

Em certo sentido, é o que defende também Milton Santos ao refletir sobre a pertinência da categoria de região nos estertores do século XX, em que a própria noção de soberania se esgarça frente ao tensionamento das relações entre o território, a formação socioespacial e o mundo, subvertido pelas firmas globais, que se manifesta na ideia da "transnacionalização do território" (Santos, 1988)

> Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (Santos, [2000]/2018, p. 85).

A região, assim, submetida aos novos desígnios do capital, muda de conteúdo, mas não perde sua atualidade, que em verdade se vê redobrada.

> o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno da região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome (Santos, [1996]/2014, p. 246).

Por fim, se até agora o estudo da corporação capitalista se revela de maneira bastante consolidada como um ponto situado na franja entre a Geografia e o marxismo, para além dos autores já esmiuçados acima, talvez um dos esforços científicos mais importantes nesse sentido,

[29] "It is indeed time that regional and local particularities were reinstated as a central focus of geographical thinking. This is not to argue for a return to 'good old-fashioned regional studies' but to suggest that the same subject matter can now be approached within a rigorous analytical framework, with some understanding of the relation between the general and the particular, and with an appreciation of how each local area fits into the wider scheme of capitalist production and social relations. There is a basis for a new regional geography" (tradução nossa).

e que revela nosso argumento de maneira mais cristalina, seja o desempenhado por Roberto Corrêa, em seu texto Corporação e Espaço - uma nota (1991), analisando o caso concreto do grupo Souza Cruz, buscou estabelecer os elementos que definem as grandes corporações transnacionais, chegando a 5 características principais: sua ampla escala de operações, caráter multifuncional, funcionamento corporativo segmentado, múltiplas localizações e grande poder de pressão econômica e política. Dessa forma, "A grande corporação, em razão das características acima apontadas, contribui decisivamente para a manutenção, o desfazer e o recriar das desigualdades espaciais" (Corrêa, 1991, p. 139). Ainda, argumenta que as razões que explicam a emergência desse tipo de organização se encontram em uma análise que considere o movimento interno do capital, em especial, a necessidade de ampliação do quadro topológico, na forma de múltiplas localizações, contornando assim tanto as demandas dos trabalhadores organizados em algumas regiões como, simultaneamente, a pressão da concorrência inter-capitalista, manifesta na queda tendencial da taxa de lucro, encontrando sua solução circunstancial na internacionalização. Em síntese, "A grande corporação e a nova divisão internacional do trabalho derivam de um processo interno ao capitalismo. Resulta, de um lado, do conflito entre capital e trabalho e, de outro, da competição entre diferentes capitalistas" (Corrêa, 2010, p. 214).

As consequências, para Corrêa, da introdução desse novo padrão organizacional, se manifestam em dois conjuntos de fenômenos diretamente interconectados. Por um lado, a complexificação geográfica desses entes demanda, e dialeticamente promove, a intensificação dos fluxos mobilizados para o seu funcionamento, sejam eles ordens, força de trabalho, insumos, matérias-primas, fontes de energia e serviços dos mais variados tipos e níveis. Dessa forma, retoma a discussão das redes geográficas, entendendo-as como "O conjunto das localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos" (Corrêa, 2012, p. 200). Apesar de defender sua validade no estudo das sociedades humanas em geral, argumenta que haveriam arranjos reticulares específicos à sociedade capitalista e particulares ao período globalizado, marcado pelas grandes firmas que, no exercício de suas funções específicas, terminam por cindir o território em sua "dupla integração" havendo a coexistência necessária e tensa entre a integração territorial da produção e da gestão, onde

> A dupla integração territorial acaba constituindo elemento fundamental da gestão do território. De fato, a integração administrativa implica decisões e ordens que se traduzem em fluxos de capital, matérias-primas, produtos intermediários, força de trabalho e produtos finais (Corrêa, 2010, p. 226).

Por outro, essa dinâmica resulta em uma alteração profunda da forma com que se organiza o território mediante a complexificação da divisão social e territorial do trabalho intra e inter-firma, aumentando as localidades envolvidas nos diferentes processos produtivos e a especialização de suas funções, que eventualmente serão coordenadas sob uma mesma lógica corporativa. Segundo ele,

> Há, assim, uma divisão territorial do trabalho específica a uma dada corporação. Esta divisão, por sua vez, está inserida, em maior ou menor grau, na divisão territorial do trabalho de um dado país e global. [...] Traduz-se, no plano espacial, na gestão do território, entendida como o conjunto de práticas econômicas e políticas visando ao controle da organização espacial, aí incluindo-se a gênese e a dinâmica da mesma. Visam estas práticas a garantir a reprodução ampliada do capital personificado na corporação; contudo, participam elas do processo de reprodução geral da sociedade (Corrêa, 1991, p. 139).

Dessa forma, temos o que aqui se considera como um dos mais emblemáticos exemplos de que o estudo das grandes firmas transnacionais, no período atual, não só se encontra inserido em uma longa tradição de esforços de aproximação entre grandes e robustos campos do saber: o marxismo e a Geografia. Trata-se de algo que deve ser levado em consideração não apenas no tratamento específico desse objeto, mas como um exemplo da potencialidade desse diálogo.

Referências

ARROYO, Mónica; LIMA, Fernanda Laize Silva de; VENCESLAU, Igor. **Geografia Econômica e desenvolvimento: diferentes abordagens nos programas de cursos de graduação no Brasil**. In. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 1, p. e-208360, 2023. Acesso em: 22 nov. 2025.

BERDOULAY, Vincent. **A Escola Francesa de Geografia: Uma abordagem contextual**. – 1. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2017.

CORREA, Roberto Lobato. **Corporação e Espaço - uma nota**. In. Revista Brasileira de Geografia. - Rio de Janeiro, 53 (1), 1991.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. - 7.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Regional e Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. **Os Sentidos do Mundo: textos essenciais**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, [1982]/2013.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Ed. Cosmos, [1922]/1954.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LENIN, Vladmir I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo (ensaio popular)**. - 1a. ed. - São Paulo: Expressão popular, [1917]/2012.

LOWY. Michel. **A Política do Desenvolvimento Desigual e Combinado: A Teoria da Revolução Permanente**. 1. ed. - São Paulo: Sundermann, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, [1913]/1985.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional**. - 6a ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., [1964]/1982.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 - Esboços da crítica da economia política**. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/UFRJ, [1939]/2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1 - O processo de produção do capital**. Volume 1. - 13. ed., - Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., [1890]/1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1a ed. -Petrópolis: Vozes, [1848]/1988.

MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labour**. 1ª ed. – Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Londres: Macmillan Education LTD, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A Gênese da Geografia Moderna**. 1.ed - São Paulo: Hucitec : Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia, História e História da Geografia**. In: Terra Brasilis n.2 - Geografia e Pensamento Social Brasileiro, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica** – 21a ed. – São Paulo: Annablume, [1994]/2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. ISOLAMENTO, CAPITALISMO E PARTICIPAÇÃO. **Boletim Paulista de Geografia**, *[S. l.]*, n. 78, p. 33–44, 2017. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/828. Acesso em: 21 nov. 2025.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. - 1. ed. 3. reimpr. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 8 reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1996]/2014.

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território. Território: Globalização e Fragmentação**. - 4. ed., - São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. EDUSP, São Paulo, [1978]/2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. - 28a ed. - Rio de Janeiro: Record, [2000]/2018.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço. A formação social como teoria e como método**. In Boletim Paulista de Geografia, no 54, junho de 1977.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. - 20a ed. - Rio de Janeiro: Record, [2001]/2020.

SMITH, Neil. **Uneven Development: Nature, capital and the production of space**. 3ª ed. - Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 1984.

TROTSKY, León. **A Revolução Permanente**. - 1a ed. - Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

Como citar este artigo:

REIS, André Anuatti. A diferenciação espacial no diálogo entre a Geografia e o Marxismo: a grande corporação como objeto privilegiado. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, p. 663–695, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/rn315d24

Recebido em 29 de novembro de 2025

Aceito em 26 de maio de 2026

Sobre o(a) autor(a): Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo e professor de Geografia ensino básico. Cursa atualmente o mestrado em Geografia Humana pela mesma universidade, sob orientação da Prof.ª. Dr.ª. Mónica Arroyo.

Financiamento: As reflexões apresentadas neste artigo têm sua origem na redação da qualificação do curso de mestrado, que foi realizado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no biênio 2024/2025, ao qual somos gratos.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar